



Censura, Memória e Arquivo discursivo

Carla Barbosa Moreira (FACISA-BH)

RESUMO: À luz da Análise do Discurso pecheutiana, este artigo se fundamenta em uma pesquisa que analisou documentos do arquivo de censura italiano no período fascista e do DOPS-MG. O objetivo é problematizar o modo como a determinação ideológica de regimes autoritários – Brasil e Itália – produz saberes censórios similares, fazendo dialogar, repetir e renovar seu discurso em uma memória discursiva que se constitui em diferentes arquivos de censura. O resultado desta discussão mostra que a reconstrução da memória é um trabalho possível ainda que a censura imposta pelo Estado procure controlar o que pode e o que não pode ser dito.

Palavras-chave: censura; memória; arquivo; jornais; DOPS

Introdução

O estudo sobre a censura no Brasil não é recente, mas uma primeira investigação em produções brasileiras já indica que ainda há muito o que ser compreendido quando se pretende fazer uma abordagem pela via do discurso. Este artigo se propõe a isso e, mais especificamente, a discutir as implicações teóricas que a investigação de arquivos de censura produz no que diz respeito à memória do dizer.

Em Moreira (2009), foi possível analisar a ordem ideológica da censura, as formas de produzir práticas e estratégias para controle da imprensa na Itália e no Brasil, considerando-se a cooperação entre esses dois países¹. A pesquisa se debruçou em documentos selecionados no Archivio Centrale dello Stato, em Roma, tendo em vista as condições de produção de um discurso elaborado pelos órgãos de controle da imprensa na Itália durante o regime de Mussolini. Nesse sentido, foi considerado, fundamentalmente, o contexto político e ideológico do período em questão – fascismo italiano (1922-1943) e ditadura Vargas (1937-1945). Os resultados dessa pesquisa confirmaram a hipótese de que arquivos produzidos em diferentes espaços e momentos podem se tocar ou, mais do que isso, funcionam e produzem efeitos de sentido também quando compreendidos na sua interdiscursividade. No caso em

¹ A pesquisa também mostrou que a cooperação acaba com a entrada do Brasil na 2ª Guerra, assumindo estado de beligerância com a Itália e a Alemanha, em 28-08-1942.

questão, a cooperação entre Brasil – na ditadura Vargas – e Itália fascista foi o acontecimento que condicionou a produção desses documentos.

Os dois países estavam interessados no controle da informação. Mussolini, desde o início de seu regime, criou mecanismos de controle da imprensa, mas posteriormente tomou mesmo posse de vários jornais italianos. Em 1925, o *Ministero dell'Interno* eliminou as agências de notícias na Itália, e institucionalizou apenas aquela do governo: a Agência Stefani, designada também de a voz do Duce. Como órgão oficial de difusão de informações, a Agência teve até 30 sucursais provinciais, 255 correspondentes na Itália e 40 no exterior. Os diretores deveriam ser filiados ao Partido fascista e submeterem-se ao *Ministero della Cultura Popolare* (Minculpop).

No Brasil, em 1939, o DIP² (Departamento de Imprensa e Propaganda) é criado para servir de órgão de propaganda do regime, subdividindo-se em Divisão de Imprensa; Divisão de Divulgação; Divisão de Radiodifusão; Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Serviços auxiliares³.

Retornado ao Fascismo, em 27/06/1936 buscou-se eliminar os resíduos de outros ministérios para aumentar a força da Agência Stefani como a fonte oficial de notícias. A função do Minculpop era controlar toda publicação pela censura e apreensão dos jornais que se afastassem das determinações da Agência Stefani e do Minculpop. Numa aproximação entre o DIP e a Agência Stefani, ressalta-se a função de controlar os temas, a disposição e tamanho dos títulos, o que deveria ou não ser dito. No Brasil a Agência Nacional serviu também de apoio ao DIP e foi citada em documentos italianos constantes das pastas pesquisadas do Minculpop.

Não foram poucas as ações de cooperação entre Brasil e Itália no que diz respeito a estratégias de controle da informação. Entre elas, pode-se citar o acordo com o fim de garantir a distribuição no Brasil do *Servizio Radiocircolare Mondiale della Stefani*. Segundo o Diretor, a autorização veio do Ministro das Comunicações, do Departamento de Imprensa do Rio de Janeiro. Os jornais brasileiros atribuíram e enfatizaram uma seriedade da Agência do Regime Fascista, bem como uma rigorosa obediência à verdade.

1. Arquivo de censura

Acredita-se que um arquivo de censura precisa ser compreendido tanto pelas suas especificidades, quando por suas características mais gerais, que fazem com que ele possa ser sempre concebido como lugar possível de memória; no caso da censura uma memória que não deveria fazer sentido. Portanto, trata-se de um lugar de contradição e de manifestação dos equívocos materializados na língua e possível de serem analisados pelos discursos que o constitui.

Na Análise do discurso pecheutiana trabalha-se uma Memória Discursiva, ou o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra, como aponta Orlandi (2003).

² O Decreto-lei, de 27/12/1939, cria o Departamento de Imprensa e Propaganda, diretamente subordinado ao Presidente da República. O artigo 2, “letra a”, determina suas finalidades principais: centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional.

³ Segundo Goulart (1990, p. 62) o Presidente da República escolhia um diretor geral. Lourival Fontes, citado nos documentos italianos, dirigiu o DIP de 1939 a 1942. O diretor geral também presidia, sem direito de voto, o Conselho Nacional de Imprensa. Os censores vieram do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, assim como do Departamento de Propaganda e Difusão Cultura (DPDC).

Teoricamente, defende-se aqui que a análise de um arquivo de censura impõe um percurso sobre o fio discursivo em outros arquivos. Neste caso específico, remete-se ao arquivo de censura constitutivo de memórias produzidas por essa ordem política e ideológica que se tocam em diferentes momentos e espaços. De acordo com Moreira (2009), a cooperação entre Brasil e Itália, no que diz respeito à censura e controle da informação, faz-se a partir de uma ordem discursiva que pode ser investigada em documentos que estão na Itália e no Brasil – tanto os que se referem à Ditadura Vargas, quanto à Ditadura Militar, no acervo do DOPS-MG.

Uma pergunta que é preciso impor a propósito de um trabalho com arquivos de censura é: por que e como é possível que em diferentes épocas, sociedades, países, sejam produzidas estratégias censórias e leis de justificação tão similares, as quais constituem um saber que se inscreve na memória discursiva acerca da censura? Há várias formas de percorrer esta questão, mas escolhemos discorrer sobre a formação de saberes e práticas censórias a partir das motivações que o material de arquivo nos apresenta. Os documentos analisados em Moreira (2009) e as discussões então desenvolvidas, não só reportaram a práticas sociais e estratégias políticas que ligam Brasil, Itália e outros governos autoritários, mas levam justamente a um caminho que se produz discursivamente acerca da censura a partir de um movimento espaço-temporal. Esse movimento não é linear porque a memória não é linear. Eles constituem, entretanto, um espaço de memória onde os sentidos vão se regularizando.

Então, abramos um parêntese para ressaltar a importância de dar visibilidade à discursividade dos arquivos de censura em questão e reafirmemos sua significância para a constituição da memória coletiva. Os arquivos de instituições como o DOPS, instituições responsáveis pela censura e gestão de informações relativas à segurança de Estado, têm uma particularidade. Eles não eram, num primeiro momento, arquivos abertos à sociedade. Normalmente, a abertura desses arquivos coincide com a interdição das instituições que garantiam a manutenção do poder. O que se perde nesse movimento de abertura é parte da própria condição ideológica reguladora da informação, ou seja, a desinstitucionalização da informação e sua passagem a um novo sistema de organização, a reinstitucionalização ocorre sob novas condições ideológicas, para a leitura de outros leitores – o público – impõe novos gestos de interpretação.

Sem se afastar dessa visão, defende-se a posição de Kushir (2002) ao afirmar que, nessa passagem de documentos que constituíam o acervo da polícia política para um acervo de arquivo público, o que se permite é a constituição de uma memória. Para Orlandi (2007), há sentidos que estão in-significados, de-significados, porque ainda fora da memória. Mas não pensamos ser este o caso dos sentidos que poderiam ser construídos a partir do acervo da polícia política do DOPS, antes de os arquivos serem abertos. A questão necessária a se ressaltar neste momento é que o que estava sendo produzido antes que esses documentos fossem enviados ao Arquivo Público Mineiro já podia, em outro lugar, em outro momento, estar significando. Orlandi (2007, p. 95), ao expandir a noção de arquivo, expõe a reflexão de que “todo dizer se liga a uma memória”. É através desta perspectiva que se pode considerar as articulações entre arquivos, entre dizeres constitutivos de uma mesma memória discursiva, como um modo de compreensão de sentidos, ainda que se considere, como objeto de análise, discursos constitutivos de arquivos fechados.

Não se pode, contudo, perder de vista que, mesmo que a abertura desses arquivos esteja permitindo agora um trabalho que incide sobre a própria instituição que os produziu – o DOPS-MG –, o Arquivo Público é uma outra instituição, que os documentos estão condicionados a uma nova organização, que há limitação em seu acesso, certamente diferente daquelas realizadas pela própria polícia política. Neste aspecto, o que interessa principalmente

em Orlandi (2004) é a sua consideração de que a memória coletiva é produzida pelos aparelhos de poder, que dividem os que estão autorizados a ler, a falar e a escrever.

Voltando à pergunta feita anteriormente – sobre produção de práticas censórias, estratégias e leis de justificação produzidas em diferentes espaços e tempo de forma similar -, dizemos que ela não precedeu o momento de seleção do *corpus*. O trabalho inicial no DOPS, com documentos do período do governo Vargas, volta e meia levava à distração, impondo alguma referência ou mesmo documentos que relacionavam a ditadura militar e o governo Vargas, ou entre o Brasil e outros países. Contudo, foi possível compreender que os ditos desses documentos reclamavam sentidos, que eles sugeriam uma aproximação ideológica que contribuiriam com a produção e institucionalização da censura nestes períodos e países. E assim, o que se pode observar é tanto uma força ideológica que orienta práticas censórias comuns nos discursos *sobre e da* censura e que é responsável por um tecido discursivo entre esses arquivos, quanto uma orientação institucional para condicionar o gesto de leitura desses arquivos. Um gesto que significa uma determinada forma de posicionar-se diante do modo como a memória foi sendo produzida a partir de práticas sociais orientadas por interesses ideológicos e políticos entre Brasil e Itália.

Pode-se ainda acenar para um gerenciamento dos gestos de leitura, como o fazem os arquivos institucionais. Mas não se trata de uma submissão total às instituições. Para Fontana (1997):

Quem se coloca numa perspectiva discursiva, os lugares de memória, embora participem de um gesto político do Estado para disciplinar a(s) memória(s) coletiva(s) pelo viés da história oficial, pelo seu caráter simbólico se inscrevem no funcionamento imaginário dos processos de significação produzindo efeitos não só independentemente da ‘vontade política’ de qualquer setor do Estado, mas sobre ela mesma, produzindo e deslocando os objetos simbólicos que ela pretende controlar. (FONTANA, 1997, p. 63)

O fato de haver no nível documental motivações para se falar de uma mesma memória discursiva acerca dos discursos sobre práticas censórias e de cooperação entre a censura exercida nesses países – Brasil e Itália – e períodos – ditadura militar, fascismo italiano e período Vargas - aponta, enfim, para um movimento que dará conta do próprio percurso a ser feito no trabalho com o *corpus* (arquivo do DOPS, arquivo de censura italiana, acervos da ditadura militar). Este percurso não se concentra, portanto, apenas na censura de um outro governo autoritário independentemente, mas abrange toda uma memória discursiva construída de saberes pelos discursos *da e sobre* censura.

Na década de 1940⁴, na 2ª Guerra Mundial, a Itália, objetivando intensificar a produção de uma imagem positiva de si, busca a cooperação da imprensa internacional. Nesse sentido, a propaganda italiana no Brasil pela imprensa faz, através da Agência Stefani, uma solicitação ao Minculpop para que um ou mais artigos fossem enviados – dessa Agência - ao Consulado da Itália em São Paulo com exclusividade a eles, aos jornais brasileiros de apoio e aos que ainda poderiam se tornar, porque seriam muito úteis aos fins da propaganda. Ressalta o documento vários recortes de jornais que já eram enviados semanalmente ao Consulado. Contudo, ainda que empenhasse esforços para publicá-los nos principais jornais brasileiros, o governo brasileiro não abandonava a necessidade de proteger uma imagem de neutralidade do Brasil na Guerra (MOREIRA, 2009).

⁴ Tele-expresso número 13428 enviado do Consulado Geral da Itália em São Paulo em 5/12/1940, ano XIX, ao Minculpop e Embaixada da Itália no Rio de Janeiro. (Archivio Centrale dello Stato)

Já no arquivo do DOPS-MG há dois documentos importantes⁵ que permitem confirmar essas considerações e se referem a atos de cooperação, entre outros, entre Brasil e Itália. A Sucursal da Rádio Inconfidência, em Belo Horizonte, recebeu por serviço radiotelegráfico um pedido do Dr. Sampaio Mitke, então Chefe do Serviço de censura, por indicação do Senhor Lourival Fontes e Cipriano Lage, para investigar as condições em que o “Estado de Minas” obteve indicação para publicar o discurso de Joseph Stalin. O que se questiona é a proibição de que notícias favoráveis à Rússia circulassem no Brasil. Na medida do possível, as publicações sobre o conflito entre Rússia e Alemanha deveriam ser evitadas ou deveria ser mesmo cortada qualquer notícia que exaltasse a Rússia.

Trata-se de privilegiar a função da ideologia na constituição de um verdadeiro sistema - de censura -, que se organizará sempre que o Estado, as instituições ou outras fontes de poder se utilizarem, de forma impositiva, do discurso, da informação, dos meios de comunicação, para a sua manutenção e disseminação de sua ideologia. Mas como falar em acúmulo de saberes constitutivos de um sistema de censura a partir de documentos dispersos, como já dissemos? Pelas semelhanças que os aproximam através de leis, do teor das matérias censuradas, do modo como a censura é praticada, de suas justificações, de sua irrupção; são os dizeres que ecoam em um e outro discurso e que nos fazem retornar para o mesmo. Quer dizer, a dispersão relativa a essa condição espaço-temporal diz respeito ao arquivo como instituição e aos documentos aqui e ali arquivados.

Sendo assim, aceitou-se um movimento no tempo e espaço para aonde eles reportam, mas sem que se ignore que os vazios, o silêncio, funcionam como a areia movediça da incompletude. O que consta desses documentos são sempre fatos de linguagem, discursos, interpelados ideologicamente, em determinada direção e possibilitando não somente uma interpretação. Se discute a memória e o processo de sua construção, não se deve desconsiderar que a relação entre o arquivo e a memória discursiva pode contribuir principalmente para a recuperação da memória sobre a censura, ou nos dizeres de Romão e Pacífico (2006, p. 5) é possível entender em que sentido “os dizeres sobre, os discursos a respeito *de* e o saber discursivo têm o poder de instalar e fazer circular certos modos de compreensão, leitura e interpretação da realidade e do mundo”.

Dito isso, pode-se investir na afirmação de que os discursos a respeito da censura e o saber discursivo que essa memória disponibiliza são possibilidades em potencial para se compreender também a ideologia que a produz e suas estratégias. E se respeita a dispersão própria da memória discursiva nos arquivos de censura é pelo fato de se aceitar a não-necessidade de total identificação social, econômica e política dos países que a produzem para a constituição de um *corpus* cuja constituição é pautada mesmo no silenciamento, na desconstrução, como será comentado adiante.

2. Dos arquivos de censura: silêncio e memória

É importante ressaltar, nesse sentido, que o DIP foi extinto em 1945, o DOPS foi criado em 1927 com características de polícia política e social, passando a Delegacia de Ordem Pública em 1931. O DOPS não era, portanto, continuidade do DIP, mas é nas suas funções de vigilância e controle de informações, de prática censória, que se pode compreender como ambos constituem essa mesma linha ideológica sempre a serviço de um Estado autoritário.

⁵ Documento do Serviço Telegráfico de Minas Gerais. Rio de Janeiro, n.42, de 6/07/1941, às 8h. (Arquivo do DOPS)

O que se buscou na análise dos arquivos de censura na Itália e nos arquivos de censura brasileiros foi alinhar esses discursos dispersos no espaço e no tempo. A censura no período da ditadura militar, no Estado Novo, na relação desta com a censura do fascismo italiano, a censura produzida por uma mesma ordem ideológica, é parte de uma mesma memória de dizer. Procurou-se realizar, para isso, um tipo de costura para a dispersão de um arquivo que, como qualquer outro, é construído por seleção, por escolhas, cuja constituição é ideologicamente determinada. Nem por isso foi possível negar uma regularidade nesses documentos do período da ditadura militar, do período do fascismo italiano e da ditadura Vargas. Eles foram produzidos por condições de produção muito similares e fazem parte de um mesmo campo de saber sobre censura.

Por outro lado, a linearidade não é decididamente uma característica de um arquivo de censura. Antes de continuarmos, explicaremos que, quando designamos arquivo de censura, estamos nos referindo a uma instância material, dispersa, que disponibiliza discursos constitutivos de uma memória discursiva especialmente construída por evidências, uma memória cheia de opacidade e de uma memória interdita pelo silenciamento. Mas o que faz sentido nisso? Ou, como o sentido pode ser construído acerca de um trabalho que mais parece uma teia de Penélope, como é um arquivo de censura? De que modo se realiza?

Para dizer, para evidenciar, repetir, renovar, naturalizar, a censura precisa pôr em silêncio, silenciar, desmanchar, desnaturalizar. Quer dizer que a censura vai preenchendo, com as evidências, as faltas que ela mesma cria, ela precisa desmanchar para inscrever, para que, enfim, este processo não seja, ele mesmo, evidente. Estados em que a censura é institucionalizada e se impõe como meio de controle dos sentidos pretendem justamente controlar os sentidos da memória; assim precisam também - evidenciando-os - naturalizá-los.

Partindo deste aspecto e, por que não, partindo também de uma perspectiva que da censura como um mecanismo inconsciente de controle que provoca certos tipos de falha na língua, não seria possível pensar em uma análise da censura como mecanismo político, ideológico, que cria faltas e procura preenchê-las? Não são mais aquelas geradas pela história, mas faltas específicas, condizentes com a irrupção do anti-histórico. Para o momento, vale afirmar que em discursos sob censura não se pode contar com um funcionamento discursivo cujos sentidos são historicamente construídos. Do mesmo modo, e é aonde se quer chegar, não é possível dizer que um arquivo *da* e *sobre* censura tenha sido e seja des(construído) sem que esse controle também não tenha relação com a própria memória que o constitui.

Frisa-se neste momento que, então, a desconstrução-construção é obra da engenharia censória, que também incide ao mesmo tempo sobre a própria constituição de um arquivo de censura. De um lado, os Estados predominantemente autoritários implantam e propagam a idéia de mudança, de ruptura, para justificar suas ações, com o fim de criar um contexto favorável para a manutenção das relações de poder, e desfavorável para a organização e ações de resistência. De outro, um arquivo de censura é um grande quebra-cabeça com tantas peças espalhadas, outras perdidas. É sempre um grande fragmento de memória cuja recuperação tem relação com outros que têm muitas peças iguais, mas não todas, e cuja temática é sempre a censura. O que ficou por dizer em um, o que se encaixa na falta, no vazio, não por acaso, tem lugar e produz sentido em outro. Mas há vazios que não serão jamais preenchidos, algo estará sempre 'em falta'. E assim pode-se dizer de um saber que produz sentido também na falta.

Quando se pensa em um quebra-cabeça, pensa-se em construção. Mas, antes, algo está em (des)ordem. A censura é isso, uma dispersão que cria a falsa idéia de falta de ordem; ela é um sistema altamente organizado, que funda a desconstrução. Sugere-se pensar nesta palavra - desconstrução - como um desmanche, que, por sua vez, também deixa sempre alguma mancha, marca. Como compreender o processo de desconstrução-construção censório no funcionamento discursivo? Pode-se dizer que, no nível discursivo, ele está para o

silenciamento-evidenciamento. Moreira (2007), nesse sentido, fez uma análise sobre o silenciamento-evidenciamento no jornal *Estado de Minas*, considerando o período da ditadura militar no Brasil. Defendeu essa mesma idéia de que a desconstrução – através do silenciamento de temas - é necessária para que um novo fosse possível; e isto ocorreu com a inserção de um embate discursivo *antes-depois* referenciado pelo AI-5.

A exemplo do período privilegiado pela referida análise, Garcia (1982, p. 86) faz menção à difusão de um conjunto de mensagens que buscavam instituir um clima de ordem e de paz; “procurando dar a idéia de que a situação anterior ficava superada por uma mudança radical, adotavam-se expressões que sugeriam a imagem de um corte histórico”: Estado Novo, Brasil Novo, novo regime, ordem nova, nova política e outras. Sobre esta questão, ou sobre o mesmo fio discursivo, Goulart (1990, p. 123) nos informa que a censura também era exercida pela SCI (Serviço de Controle à Imprensa)⁶ no Estado Novo, mostrando-se implacável quanto às matérias cujos temas fizessem referência ao caráter do regime vigente: “Fica proibida qualquer alusão ao regime anterior a 10 de novembro de 1937, sem prejuízo de referências à democracia, pois o regime atual é evidentemente democrático”. Enfim, o ponto de partida para que a censura dissemine sua ideologia, para que realize sua propaganda é, exatamente, a desconstrução. Na outra extremidade desse processo está a construção.

Nos arquivos do DOPS-MG, reconheceu-se o trabalho de desconstrução de diversas formas: pelas marcas nas matérias arquivadas e censuradas com um X, pelas marcas em vermelho, por rabiscos que não nos deixam ler os dizeres - cancelando-os -, com a lista dos temas proibidos e do que poderia ser dito, pelo apagamento nos e dos documentos. A construção se dá através da produção de saberes, do arquivamento de documentos, do modo como é feito, de práticas e estratégias que sistematizam a censura e fazem-na funcionar, de forma a difundir a ideologia que interessa a quem se utiliza dessa forma de controle. Paralelo à desconstrução, será produzido o novo, ou melhor, haverá renovação e repetição de saberes através da memória discursiva sobre a censura. Os diversos arquivos de censura – de diferentes períodos e lugares - são construídos por saberes específicos e também correspondentes, que se repetem em relação a outros arquivos de censura e em relação a si mesmos, sendo constitutivos assim de um mesmo domínio de memória.

Courtine (2006, p.15) recorreu a Foucault para chamar de domínio de memória as práticas discursivas que são produzidas em lugares heterogêneos da prática social e que circulam entre esses lugares. Defende-se aqui tal idéia e afirma-se que as práticas discursivas e sociais que partem de projetos ideológicos similares entre Brasil e Itália são responsáveis pela produção de pré-construídos, os quais dão forma e consistência à censura como estratégia política. Assume-se que percorrer um domínio de memória da censura tanto de uma mesma sociedade ou entre sociedades que se aproximam ou se afastam espacialmente e nos diversos períodos da história tem sua importância. Não se descarta, mas inclui-se, neste raciocínio, um domínio de memória em que a censura não é - ou não foi - institucionalizada, que não ocorre por imposição direta e legitimada do Estado, bem como em sociedades em que o autoritarismo não é a base fundamental de onde emana o poder do Estado.

Aliás, poder-se-ia, por uma página, até excluir o Estado; chega um momento em que a resistência já não pode trabalhar no silêncio. Nem ele, que sempre foi estrela nos estudos dos processos discursivos, nem a Igreja, nem os reis, nenhuma instituição é condição para o exercício da censura. Seria o caso de se pensar, como exemplo, nas comunidades indígenas. Que tipo de saberes e práticas censórias foram e estão sendo produzidos (ocorre de se manifestarem por outros sistemas simbólicos)? Ou ainda, qual – como – é a relação entre

⁶ O Serviço de Controle à Imprensa – SCI – subordinado à Divisão de Imprensa, Propaganda e Radiodifusão do DEIP de São Paulo, era responsável pela efetivação da censura (GOULART, 1990, p. 123).

censura, história oral e memória discursiva em comunidades cujo arquivo é a memória coletiva não documentada, mas a oral? E, para que não se prolongue em exemplos, em que sentido pode-se dizer de uma oficialização – já que não se pode usar institucionalização ou legitimação propriamente ditos - tanto da naturalização de sentidos, de inscrição de dizeres, bem como de uma prática censória em sociedades sem Estado? Como e em nome de quem poder-se-ia dizer de vigilância, controle e punição sobre discursos neste tipo de sociedade? Saberes novos, saberes específicos, saberes sobre a censura, que também se repetem e se apagam e têm uma relação direta com as condições de produção do discurso.

Em torno disso, é preciso comentar sobre um outro documento⁷, o constante do arquivo do DOPS-MG, de 14/01/1941, que partiu de um departamento designado Censura telefônica do Interior. O que dele chama a atenção é o modo como a censura se institucionaliza, criando departamentos e funções específicas. Sob a ordem do Chefe de Polícia, foi feita uma apresentação de um investigador incumbido da censura de trotes telefônicos. Há saberes censórios como este que são produzidos especificamente a partir de certas condições e não vão se repetir, por exemplo, nessas comunidades indígenas – ainda! Contudo, não se pode negar que sempre há saberes específicos a serviço de uma ordem, a serviço das ideologias; que há formas de controle sobre o discurso, sejam para funcionamento da tribo, da constituição da memória, em discursos cujos sujeitos discursivos não utilizam a documentação ou arquivo material. Portanto, o silêncio, o silenciamento, nesses discursos não podem funcionar nem significar do mesmo modo que aquele, produzidos em sociedades sob outras condições, outras relações, sob o Estado.

São saberes de sociedades em que, se não se pode dizer de um discurso político, pode-se dizer de um discurso em que os embates discursivos, o poder e o controle se manifestam e também produzem. Não obstante, os índios estão se politizando, escolhendo seus representantes; o discurso político propriamente dito é já constitutivo de seus processos discursivos. Por assim dizer, também pode-se refletir sobre como os saberes censórios ali vão se renovando, enquanto apagam outros. Imagina-se que movimento histórico e discursivo devem estar ocorrendo.

Voltando a Courtine (2006), sublinha-se o papel do discurso político e institucionalizado no tratamento dos processos discursivos que constituem a memória coletiva, formada pela repetição, pela retomada e pelo esquecimento que configuram as contradições históricas. Acrescenta o autor que o fio de um discurso político é mantido pela “função interdiscursiva como *domínio de memória*”, que permite ao sujeito “o retorno e o reagrupamento de enunciados assim como o seu esquecimento ou apagamento” (COURTINE, 2006, p.78).

Pela desconstrução e construção, pode-se compreender o modo como um arquivo de censura é feito, considerando-se que, na memória discursiva, há sempre o que é próprio da relação entre lembrança e esquecimento; e neste caso, também de apagamento. Ou seja, no arquivo de censura, as marcas das investidas de silenciamento nos sugerem o tanto que se deve esquecer e apagar, e pressupõem outro tanto que foi apagado e esquecido pela memória coletiva. Somente se pode dizer daquilo que não é para ser lembrado – como um ‘acontecimento que nunca aconteceu’, porque não chegou – na ordem da língua - a se inscrever ou foi destruído, desconstruído; este é o escopo do apagamento. É um trabalho com a memória do dizer (arquivos queimados, destruídos), cuja recuperação, em parte, está nos rastros no próprio arquivo, nas lacunas que deixam, no que pode dialogar com outra memória discursiva, bem como em outros arquivos de censura.

⁷ Documento de 14/01/1941, Belo Horizonte, enviado por um Delegado - Censura telefônica do Interior - ao Senhor Gerente da Companhia Telefônica Brasileira – Capital. (Arquivo do DOPS)

Um apagamento, se obtém expressivo êxito em um arquivo – como o arquivo de censura -, deixa pistas em outros arquivos, deixa marcas nesse grande fio discursivo. Tem-se memórias coletivas que dialogam no e para além dos arquivos. Então, quando se menciona apagamento em um arquivo de censura, está-se referindo também a uma memória interdita - não aquela que está apenas em silêncio – que também pode ser de alguma forma recuperada e fazer pelo menos algum sentido, como é o caso de tantos arquivos da ditadura, que estão perdidos ou foram destruídos.

Tanto os arquivos em silêncio – que ainda não foram abertos, trabalhados – quanto os apagados são o resultado de um trabalho que a censura realiza, que é o de selecionar, de silenciar, de excluir, documentos e informações, e indiretamente de sentidos. Quanto aos arquivos apagados, eles podem ser concebidos como saberes que não podem sequer ser produzidos, quanto mais arquivados ou disseminados. Pode-se então considerar um domínio de memória a ser interdito pela censura – saberes proibidos de serem construídos -, mediante a tácita produção de evidência de um não-acontecimento. Quer dizer, o alvo não é somente a informação em si, mas a formação de um saber é que precisa ser interdita.

O trabalho de interdição tem grande importância no espaço de formação, organização e constituição do arquivo. A memória interdita está apagada, é o arquivo que do ponto de vista documental não pode ser recuperado porque foi destruído. Mas ele constitui todo um domínio de memória. Ele deixa pistas nos arquivos de censura, sinais, marcas no nível do discurso; são sintomas de sua existência. Já quanto aos documentos do DOPS que listam o que não pode ser dito, divulgado, tem-se um trabalho de censura no nível do silenciamento.

Há diversas formas de recuperar esses saberes. Mas a recuperação de saberes de uma memória interdita só é possível em algum nível se buscarmos o que dela ressingou a partir de outras peças que constituem a memória discursiva formada por saberes sobre a censura, independente do tempo e do espaço, mas considerando suas correspondências ideológicas. Para Pêcheux (1999), a memória discursiva vem restabelecer implícitos, pré-construídos, necessários para sua leitura, e ao mesmo tempo elimina com os apagamentos que opera. Esses pré-construídos residiriam, portanto, na regularidade, pela repetição, pelas remissões, retomadas, podendo ser desregulados pelo acontecimento, perturbando a memória, ou mesmo constituindo uma nova série do legível.

Dessa forma, o acontecimento provoca estabilização e regulação que irão constituir a memória discursiva. Especificamente nesta pesquisa, os pré-construídos ecoam, ressingam, mas também vão sendo silenciados e apagados. Falar de memória discursiva no escopo da censura é falar de condições de produção adequadas que favorecem o acontecimento para que esta memória se estabilize materialmente, de uma parte. De outra, relembramos que há uma força na contramão dos processos discursivos historicamente construídos, que se traduz em acontecimento operando em favor da interdição e dos apagamentos. Acrescente-se de passagem que a censura - sendo um mecanismo que se manifesta justamente na regulação e desregulação dos processos discursivos – age não por consequência, mas como um sistema de regulação da própria memória, ou seja, age não necessariamente sobre um acontecimento histórico, mas sobre o acontecimento discursivo que pretende (re)significar a memória. Se se concorda com Pêcheux (1990) ao dizer que o acontecimento discursivo reorganiza o espaço da memória, desestabilizando-a e provocando um novo vir a ser, deve-se concordar que a censura se manifesta também como um acontecimento discursivo ou mesmo se impõe sobre eles.

Considerações Finais

Na discussão sobre os documentos que ligam ideologicamente Brasil e Itália em torno da censura e da política (MOREIRA, 2009), procurou-se estabelecer relações entre eles no nível do funcionamento da censura e das condições políticas e ideológicas para que se possa localizá-los num mesmo domínio de saber, e propõe-se aqui que estes saberes se repetem e se renovam no período da ditadura militar no Brasil. A pesquisa mostrou em que sentido pode-se dizer de uma aproximação ideológica que justifique uma prática censória baseada na cooperação entre Brasil e Itália.

O que resta ressaltar é que, para fazê-lo, parte-se das condições ideológicas pelas quais o Estado Novo e o período fascista italiano se aproximaram e que se assume aqui como condição básica para a produção de saberes correspondentes ou, dito de outra forma, que fazem com que a institucionalização, as leis, a prática e estratégia censória entre os dois países se construam num mesmo fio discursivo. A Itália fascista, enquanto suas relações diplomáticas permitiram, dependeu da cooperação do governo brasileiro para divulgar a informação que deveria ser divulgada e proibir aquelas que não correspondiam a seus interesses. Documentos que exaltam essa cooperação são recorrentes nos arquivos de censura do Archivio Centrale, em Roma. Do mesmo modo, no DOPS, há documentos que confirmam esta cooperação, como foi abordado. Contudo, ressalta-se que há ainda muitos arquivos a serem de fato investigados aqui no Brasil acerca da censura em governos ditatoriais.

Deve-se ressaltar uma última questão que se impõe quando se fala em arquivo de censura. Esta designação é dada a posteriori. Os arquivos estão sempre aí, constituindo a memória dos governos, autoritários e democráticos. É preciso se atentar para o fato de que a censura se produz, de forma mais ou menos incisiva, em qualquer tipo de relação de poder. Os arquivos institucionais se constituem, por assim dizer, pelo que pode ou não ser veiculado, por informações, saberes e ordens de fazer-se publicar ou fazer-se silenciar. Não se pode perder de vista os arquivos de censura de regimes tidos como democráticos; os arquivos que não são produzidos para serem divulgados, mas que, contudo, reclamam sentidos e memória.

Um arquivo de censura – uma memória institucional – é um embate entre opacidade e evidências, e por isso mesmo possibilidade de compreensão do real da memória coletiva. Neste texto, buscou-se entender como saberes que constituem um mesmo domínio de memória estão também vinculados a condições de produção similares, em que a censura surge como uma estratégia política, como uma prática ideológica que se utiliza dos meios de comunicação de forma impositiva para disseminar sua ideologia. Mais do que isso, é esta mesma ideologia, similar entre países cujo Estado tem o interesse e busca controlar a informação – da sua produção aos modos de difusão – que vai produzir esses saberes. Este é o sentido de uma aproximação ou similaridade ideológica entre Brasil e Itália, num mesmo espaço de tempo ou mesmo diferentes.

Os documentos referentes ao período Vargas e ao fascismo italiano, os saberes acerca dessa relação, inscritos no arquivo italiano e ainda circulantes no silêncio, ou silenciados, nos arquivos brasileiros, representam diálogos institucionais, diálogos históricos que se constituem e realizam na e pela memória discursiva. É, por assim dizer, o que fala antes dos ditos e saberes que encontramos nos arquivos de censura da ditadura militar no Brasil.

ABSTRACT: In the light of the Pecheutian Discourse Analysis, this article is based on a survey that examined documents of the archives of the Italian censorship in the fascist period and of the DOPS-MG. The aim is to discuss how the ideological determination of authoritarian regimes - Brazil and Italy – creates similar censorial knowledge by making it dialogue, repeat and renew its speech in a discursive memory that is constituted in

different files of censorship. The result of this discussion shows that the reconstruction of memory is a still possible task that the censorship imposed by the state tries to control what can and what can not be said.

Keywords: censure; memory; archive; newspapers; DOPS

Referências bibliográficas

COURTINE, J. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Tradução de Nilton milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

FONTANA, M. G. Z. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GARCIA, N. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

GOULART, S. *Sob a verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

KUSHNIR, B. *Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOREIRA, Carla. *Censura e silenciamento no discurso jornalístico*. In: RIBEIRO & FERREIRA (Orgs.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 319-342.

_____. *Produção, circulação e funcionamento da censura na ditadura militar brasileira e no fascismo italiano: a censura na ordem do discurso*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2009. 187p.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003[1999].

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004[1996].

_____. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 6.ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007[1992].

PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: Pierre Achard. *Papel da Memória*. Tradução de José horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007[1999]. p. 49-58.

_____. *O discurso: Estrutura ou acontecimento?* Tradução de Eni Orlandi. Campinas, Pontes, 1990[1983].

ROMÃO, L. e PACIFICO, S. *A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino*. Porto Alegre: Em questão, v.12, n.1, p. 73-90, jan/jun. 2006. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1702u56.jhtm>>. Acesso em 25 de setembro de 2008.

RECEBIDO EM 04/04/10 – APROVADO EM 19/05/10